

Odoyá
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Odoiyá Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Odoiyá Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odoiyá Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e 31 de dezembro de 2015 e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 08 de março de 2016, sem qualquer modificação.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellanger
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	<u>Reapresentado</u>		Passivo	Nota	<u>Reapresentado</u>	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.045	1.189	Fornecedores	10	6.394	1.429
Concessionárias e permissionárias	8	950	-	Empréstimos e financiamentos	11	132.374	62.856
Impostos a recuperar		72	168	Obrigações sociais e trabalhistas		103	78
Outras contas a receber		34	25	Obrigações fiscais		1.615	244
Partes Relacionadas	20	105	-	Taxas regulamentares		35	-
Despesas Pagas antecipadamente		104	-	Partes relacionadas	20	66.889	1.191
Ativo financeiro concessão	9	23.011	2.624	Provisões	12	2.620	744
		<u>28.321</u>	<u>4.006</u>			<u>210.030</u>	<u>66.542</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Ativo financeiro concessão	9	325.734	68.119	Impostos Diferidos	13	41.698	6.544
						<u>41.698</u>	<u>6.544</u>
Imobilizado		<u>4</u>	<u>4</u>	Patrimônio líquido			
				Capital Social	14	110.001	1
		<u>325.738</u>	<u>68.123</u>	Prejuízos acumulados		(7.670)	(958)
						<u>102.331</u>	<u>(957)</u>
Total do Ativo		<u>354.059</u>	<u>72.129</u>	Total Patrimônio líquido		<u>102.331</u>	<u>(957)</u>
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>354.059</u>	<u>72.129</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odox Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Reapresentado</u>	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	15	254.979	56.218
Custo de Construção	16	<u>(232.286)</u>	<u>(51.433)</u>
Resultado bruto		22.693	4.785
Receitas (despesas) operacionais	17		
Pessoal		(558)	(343)
Material		(7)	(17)
Serviços de terceiros		(1.109)	(57)
Outras despesas		<u>(29)</u>	<u>(32)</u>
		(1.703)	(449)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		20.990	4.336
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		2.441	762
Despesas financeiras		(19.738)	(6.087)
		(17.297)	(5.325)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		3.693	(989)
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(1.134)	(242)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	<u>(9.271)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(6.712)</u>	<u>(1.231)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Reapresentado</u>
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	<u>(6.712)</u>	<u>(1.231)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(6.712)</u></u>	<u><u>(1.231)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos / Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>1</u>	<u>273</u>	<u>274</u>
Prejuízo do exercício (Reapresentado)		<u>-</u>	<u>(1.231)</u>	<u>(1.231)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)		<u>1</u>	<u>(958)</u>	<u>(957)</u>
Integralização de Capital	14	110.000	-	110.000
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(6.712)</u>	<u>(6.712)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>110.001</u>	<u>(7.670)</u>	<u>102.331</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reapresentado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(6.712)	(1.231)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Provisões	1.876	-2.415
Impostos Diferidos	35.154	5.730
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	17.335	4.256
	<u>47.653</u>	<u>6.340</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento de clientes	(950)	-
Aumento de Partes relacionadas	(105)	-
Aumento outras contas a receber	(9)	(25)
Redução (aumento) em tributos a recuperar	96	(168)
Aumento (redução) em despesas antecipadas	(104)	-
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	24	72
Aumento em fornecedores	4.965	1.120
Aumento em obrigações fiscais	1.370	243
Aumento taxas regulamentares	35	-
	<u>5.322</u>	<u>1.242</u>
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<u>5.322</u>	<u>1.242</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>52.975</u>	<u>7.582</u>
Atividades de investimentos		
Débitos com pessoas ligadas assumidos	79.022	19.282
Pagamento de débitos com pessoas ligadas	(13.324)	(22.355)
Aquisições de bens do imobilizado	-	(4)
Ativo financeiro concessão	(278.001)	(61.948)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(212.303)</u>	<u>(65.025)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital, líquido	110.000	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	65.000	62.150
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(12.816)	(3.550)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>162.184</u>	<u>58.600</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.856</u>	<u>1.157</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	4.045	1.189
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	1.189	32
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.856</u>	<u>1.157</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Odoyá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A companhia conta com aportes que serão realizados pelos acionistas para honrar seus compromissos financeiros e conseqüentemente a para conclusão do projeto. Tais aportes estão respaldados nas obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

1.1 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km; e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 43 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se parte em fase de construção e parte em fase operacional. Dos trechos que entraram em operação comercial este ano de 2016, podemos citar:

- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, com 1 km;
- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III, (3 + 1R) x 100 MVA; e
- Seccionamento da LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 45.569 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Com a entrada em operação dos trechos acima citados, a RAP recebida no ano de 2016 foi proporcionalizada aos trechos em operação.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 19 de abril de 2017.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2015

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 estão reapresentados de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Ativo financeiro - Os valores referentes aos encargos sobre empréstimos e as receitas de aplicações financeiras, estavam sendo reconhecidas no Ativo Financeiro, e não no resultado conforme requerido pela Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão.
- (b) Quando a concessionária presta serviços de construção é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apura-se uma margem de 3%. Na contabilização da margem da construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.
- (c) A Companhia não estava reconhecendo *gross-up* de Pis e Cofins na receita de construção e o Pis e Cofins diferidos sobre as receitas .
- (d) As despesas administrativas gerais estavam sendo capitalizadas na sua totalidade no Ativo Financeiro, porém a Administração reavaliou que algumas dessas despesas seriam melhor classificadas como despesa administrativa no resultado a fim de melhor atender a interpretação no atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, em seu item 20.a). O método utilizado para tal reavaliação foi através de proporção de mão de obra que não estavam ligadas diretamente ao custo do projeto.

Balço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.189	-	1.189
Impostos a recuperar	168	-	168
Outras contas a receber	25	-	25
Ativo financeiro concessão (a)	-	2.624	2.624
	<u>1.382</u>	<u>2.624</u>	<u>4.006</u>
Não Circulante			
Ativo financeiro concessão (a)	66.931	1.188	68.119
	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>4</u>
	<u>66.931</u>	<u>1.192</u>	<u>68.123</u>
Total do Ativo	<u><u>68.313</u></u>	<u><u>3.816</u></u>	<u><u>72.129</u></u>
Passivo	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	2.173	(744)	1.429
Empréstimos e financiamentos	62.856	-	62.856
Obrigações sociais e trabalhistas	78	-	78
Obrigações fiscais	244	-	244
Partes Relacionadas	1.191	-	1.191
Provisões	-	744	744
	<u>66.542</u>	<u>(0)</u>	<u>66.542</u>
Não Circulante			
Impostos Diferidos (b)	<u>-</u>	<u>6.544</u>	<u>6.544</u>
	<u>-</u>	<u>6.544</u>	<u>6.544</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	1	-	1
Lucros /Prejuízos acumulados	19	254	273
Lucro exercício	1.751	(2.982)	(1.231)
	<u>1.771</u>	<u>(2.728)</u>	<u>(957)</u>
Total Patrimônio líquido	<u><u>1.771</u></u>	<u><u>(2.728)</u></u>	<u><u>(957)</u></u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u><u>68.313</u></u>	<u><u>3.816</u></u>	<u><u>72.129</u></u>

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015
Receita operacional líquida (a)	59.203	(2.985)	56.218
Custo de Construção (a)	<u>(57.452)</u>	<u>6.019</u>	<u>(51.433)</u>
Resultado bruto	1.751	3.034	4.785
Receitas (despesas) operacionais (c)			
Pessoal	-	(343)	(343)
Material	-	(17)	(17)
Serviços de terceiros	-	(57)	(57)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>(32)</u>	<u>(32)</u>
	-	(449)	(449)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.751	2.585	4.336
Resultado financeiro (a)			
Receitas financeiras	-	762	762
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(6.087)</u>	<u>(6.087)</u>
	-	(5.325)	(5.325)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.751	(2.740)	(989)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(242)	(242)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício	<u>1.751</u>	<u>(2.982)</u>	<u>(1.231)</u>

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015
Prejuízo do exercício	<u>1.751</u>	<u>(2.982)</u>	<u>(1.231)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>1.751</u></u>	<u><u>(2.982)</u></u>	<u><u>(1.231)</u></u>

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de Dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Divulgado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício	1.751	(2.982)	(1.231)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Provisões	-	(2.415)	(2.415)
Impostos Diferidos	-	5.730	5.730
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	-	4.256	4.256
	<u>1.749</u>	<u>4.591</u>	<u>6.340</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento de clientes	-	-	-
Aumento de Partes relacionadas	(807)	807	-
Aumento outras contas a receber	(25)	-	(25)
Redução (aumento) em tributos a recuperar	(168)	-	(168)
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	73	-	73
Aumento em fornecedores	(1.295)	2.414	1.119
Aumento em obrigações fiscais	243	-	243
Redução em Outras obrigações	(2.266)	2.266	-
	<u>(4.245)</u>	<u>5.487</u>	<u>1.242</u>
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<u>(4.245)</u>	<u>5.487</u>	<u>1.242</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(2.496)</u>	<u>10.078</u>	<u>7.582</u>
Atividades de investimentos			
Débitos com pessoas ligadas assumidos		19.282	19.282
Pagamento de débitos com pessoas ligadas		(22.355)	(22.355)
Aquisições de bens do imobilizado		(4)	(4)
Ativo financeiro concessão	(59.203)	(2.745)	(61.948)
	<u>(59.203)</u>	<u>(5.822)</u>	<u>(65.025)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(59.203)</u>	<u>(5.822)</u>	<u>(65.025)</u>
Atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos obtidos	62.150	-	62.150
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	706	(4.256)	(3.550)
	<u>62.856</u>	<u>(4.256)</u>	<u>58.600</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>62.856</u>	<u>(4.256)</u>	<u>58.600</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.157</u>	<u>-</u>	<u>1.157</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	1.189	-	1.189
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	32	-	32
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.157</u>	<u>-</u>	<u>1.157</u>

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstrações financeiras.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Reconhecimento de receita

De acordo com a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação.

Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear em cada ciclo anual.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência.

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

- Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno do investimento e definida no início da concessão;
- Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear em cada ciclo anual e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) - Receitas; e
- Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada com as construções das linhas de transmissão e com as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

g. Concessionárias e Permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

h. Ativo financeiro

O ativo financeiro decorrente do contrato de concessão é reconhecido quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte indicada para os serviços de construção ou melhoria. Tais ativos são classificados como empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

i. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda.

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, na determinação e classificação das parcelas das receitas atribuíveis aos gastos de melhoria e manutenção e à remuneração da construção, esta como ativo financeiro.

c. Reconhecimento do ativo financeiro

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

d. Determinação das receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da estrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica. Na contabilização da margem de lucro da construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Todas as permissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

e. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

f. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

g. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

h. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente.

6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 - Receita de contratos de clientes;
- IFRS 16 Leases (Arrendamentos)
- Modificações às IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificação às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014;
- Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo de julgamento de divulgações das Demonstrações Financeiras;
- Modificações ao CPC 10 (IFRS 2)
- Modificações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	4	4
Bancos	1.265	281
Aplicações	2.776	904
	4.045	1.189

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 50% a 100,2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
Banco Santander	CDB	50% CDI	302	904
Caixa Econômica	CDB	100,2% CDI	2.474	-
			<u>2.776</u>	<u>904</u>

8 Concessionárias e permissionárias

	2016	2015
A vencer	786	-
Vencidas há mais de 90 dias	164	-
	<u>950</u>	<u>-</u>

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

9 Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	Reapresentado	
	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de construção	332.082	67.435
Remuneração do ativo financeiro	19.432	3.378
Recebimento	(2.707)	-
	<u>348.807</u>	<u>70.813</u>
Saldo em 31.12		
Circulante	23.011	2.624
Não circulante	325.734	68.119
	<u>348.745</u>	<u>70.744</u>
Total do ativo financeiro		

O ativo financeiro é remunerado pela taxa de retorno do empreendimento, que em 2015 apresentou percentual médio de 10,565% a.a. e 2016 apresentou percentual médio de 10,566% a.a. sendo os recebimentos de caixa através da RAP deduzidos da parcela da receita atribuída à remuneração de O&M.

10 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Materiais	3.022	898
Serviços	3.359	512
Outros	12	19
	6.394	1.429

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

11 Financiamentos

a. Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2016	31/12/2015
Banco Itaú	BRL	27/03/2017	2,85% + CDI	107.903	38.899
Credit Agricole	BRL	28/01/2017	3,00% + CDI	24.471	23.957
Total de empréstimos e financiamentos				132.374	62.856
Circulante				132.374	62.856
Não circulante				-	-

b. Movimentação

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2015	Adições	Juros	Pagamento de Juros	Saldo em 31/12/2016
Banco Itaú	38.899	65.000	13.464	(9.459)	107.904
Credit Agricole	23.957	-	3.871	(3.357)	24.470
Total	62.856	65.000	17.335	(12.816)	132.374

Banco Itaú

Em 13 de março de 2015, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto. O Banco Itaú emitiu em benefício a Companhia uma Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 38.650 , a uma taxa de juros do CDI mais 1,75% a.a., e com Garantia Corporativa da Dragados Industrial.

Em 15 de dezembro de 2015 a Companhia quitou os juros incidentes ao contrato no valor de R\$ 3.550 e celebrou com o Banco Itaú o aditamento ao contrato, por meio do qual as partes concordaram em prorrogar a data de vencimento para 28/09/2016 e alterar a taxa de juros das referidas operações para CDI, mais 2,83% a.a.

Em 28 de setembro de 2016 a Companhia quitou os juros incidentes ao contrato no valor de R\$ 5.198 e celebrou com o Banco Itaú o aditamento ao contrato, por meio do qual as partes concordaram em prorrogar a data de vencimento para 27/03/2017 e alterar a taxa de juros das referidas operações para CDI, mais 2,85% a.a.

Em 03 de Maio de 2016 , O Banco Itaú emitiu em benefício a Companhia uma Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 65.000, a uma taxa de juros do CDI mais 3,00% a.a . Em 28/09/2016 , a Companhia quitou os juros incidentes ao contrato no valor de R\$ 4.262 e celebrou o aditamento ao contrato, por meio do qual as partes concordaram em prorrogar a data de vencimento para 27/03/2017 e alterar a taxa de juros das referidas operações para CDI, mais 2,85% a.a.

- **Credit Agricole** - Com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do projeto Odoya, em 29 de setembro de 2015 a Companhia celebrou com o Credit Agricole e em conjunto com o CCB Itaú, um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 23.500 a uma taxa de juros de CDI mais 1,85% a.a., com data de vencimento em 28 de setembro de 2016.

Em 28 de setembro de 2016 a Companhia quitou os juros incidentes ao contrato no valor de R\$ 3.357 e celebrou com o Banco Credit Agricole o aditamento ao contrato, por meio do qual as partes concordaram em prorrogar a data de vencimento para 28/01/2017 e alterar a taxa de juros das referidas operações para CDI, mais 2,85% a.a.

12 Provisões

	Custo da obra em curso (i)	Desapropriações/ Terrenos (ii)	Auditoria	Total
Em 31 de dezembro de 2015	489	244	10	744
Adições	110.700	3.206	67	113.973
Reversões	(108.769)	(3.318)	(10)	(112.097)
Em 31 de dezembro de 2016	2.421	132	67	2.620

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de compra de disjuntores;

13 Impostos diferidos

Natureza dos créditos	31/12/2016				Reapresentado		
	31/12/2015						
	Base de cálculo	Impostos diferidos	Baixas Correntes	Total	Base de cálculo	Impostos diferidos	Total
PIS diferido	351.751 (i)	5.804	(20)	5.784	70.744	1.167	1.167
COFINS diferida	351.751 (i)	26.733	(90)	26.643	70.744	5.377	5.377
IRPJ diferido	27.267 (ii)	6.817	-	6.817	-	-	-
CSLL diferida	27.267 (ii)	2.454	-	2.454	-	-	-
		<u>41.808</u>	<u>(110)</u>	<u>41.698</u>		<u>6.544</u>	<u>6.544</u>

- (i) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionada dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS).
- (ii) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre os rendimentos do ativo financeiro relacionado a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1)

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social subscrito é de R\$ 110.001.000, dividido em 110.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária		31/12/2015		
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor(Em Reais)	
Cymi Holding S.A.	999	99,90%	999	
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda	1	0,10%	1	
Total	<u>1.000</u>	<u>100%</u>	<u>1.000</u>	

Composição acionária		31/12/2016		
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor(Em Reais)	
Cymi Holding S.A.	55.000.000	50,00%	55.000.000	
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações	55.001.000	50,00%	55.001.000	
Total	<u>110.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>110.001.000</u>	

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

15 Receita

	31/12/2016	<u>Reapresentado</u> 31/12/2015
Receita de Construção	264.713	58.613
Receita Financeira	15.995	3.335
Receita de operação e manutenção	186	-
Outras receitas	113	-
	<u>281.007</u>	<u>61.948</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2016	<u>Reapresentado</u> 31/12/2015
Receita bruta	281.007	61.948
(-) PIS e COFINS	(25.993)	(5.730)
(-) P&D ,FNDCT e MME	(35)	-
	<u>254.979</u>	<u>56.218</u>

16 Custo de Construção

Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2016

	31/12/2016	<u>Reapresentado</u> 31/12/2015
Pessoal	(373)	(387)
Material	(88.787)	(5.317)
Maquinas e equipamentos	(48.528)	-
Serviços de terceiros	(84.860)	(43.996)
Resultado financeiro	(637)	(31)
Outras despesas	(9.101)	(1.702)
	<u>(232.286)</u>	<u>(51.433)</u>

17 Despesas operacionais

	Reapresentado	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(558)	(343)
Material	(7)	(17)
Serviços de terceiros (i)	(1.109)	(57)
Outras despesas	(29)	(32)
	(1.703)	(449)

- (i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviço de gestão empresarial , serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

18 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras	2.441	762
Receita de aplicações financeiras	2.441	762
Despesas financeiras	(19.738)	(6.087)
Juros de empréstimos e financiamentos	(17.335)	(4.256)
IOF de empréstimos	(1.149)	(1.157)
Outras despesas financeiras	(1.254)	(674)
Resultado financeiro líquido	(17.297)	(5.325)

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016	
	IRPJ	CSLL
Base de cálculo	27.267	27.267
Alíquota	25%	9%
Imposto devido	6.817	2.454

O IR e CSLL correntes da Companhia foram apurados com base na sistemática do lucro presumido. De acordo com esse método o IR e CSLL são calculados com base em percentuais pré-estabelecidos das receitas de serviços aplicando em seguidas as alíquotas de 25% e 9% sobre montante presumido. Em 31/12/2016 a reconciliação da despesa de IR e CSLL está apresentada no resultado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016		Reapresentado		
	IRPJ	CSLL	31/12/2015	IRPJ	CSLL
Receita transmissão	3.006	3.006	-	-	
Alíquota presunção	32%	32%	32%	32%	
Receita de transmissão ajustada	962	962	-	-	
Receita financeira	2.441	2.441	762	762	
Base de cálculo	3.403	3.403	762	762	
Alíquota	15%	9%	15%	9%	
Alíquota adicional IRPJ	10%		10%		
Imposto devido	828	306	170	72	

20 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	O&M	Gerais e Adm
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda	-	1.191	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	1.191	-	-
Esperanza Transmissora de Energia (i)	105	32	-	-
Setec Soluções Energéticas (ii)	-	201 (a)	316 (a)	400 (b)
Cymimasa Cons e Proj de Construção (iii)	-	66.656	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	105	66.889	316	400

- (i) Saldo refere-se a repasse de gastos comuns entre empresas do grupo;
- (ii) a. Valor refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia;
- (ii) b. Valor refere-se ao contrato de celebrado entre as partes de serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.
- (iii) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymimasa

21 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.045	1.189
Contas a receber - ativo financeiro	348.745	70.744
	<u>352.790</u>	<u>71.933</u>

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

- **Contas a receber - Ativo financeiro** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras		
CDI	2.776	903

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

- Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	2.776	Queda da taxa CDI	337	253	168
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			12,13%	9,10%	6,07%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,13% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
Banco Itaú	107.903	Aumento da taxa CDI	13.089	16.361	19.633
Credit Agricole	24.471		2.968	3.710	4.452
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
			12,13%	15,16%	18,20%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,13% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

- Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber - ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Contas a receber - ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2016. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

31/12/2015				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa	1.189	-	-	1.189
Contas a receber ativo financeiro	-	-	70.744	70.744
Total	1.189	-	70.744	71.933
31/12/2016				
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa	4.045	-	-	4.045
Contas a receber ativo financeiro	-	-	348.745	348.745
Total	4.045	-	348.745	352.790

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificado e divulgados com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

22 Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por 127.734 para danos materiais.

23 Compromissos assumidos

- **Contrato de EPC** - Em 05 de Setembro de 2014 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymimasa Consultoria e Projetos de Construção Ltda celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2017 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 554.900 conforme quadro abaixo:

	Até 31/12/2016	2017	Total
Contrato EPC	283.869	271.031	554.900

- **Contrato de O&M** - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está parte operacional esses valores serão pagos, conforme contrato, por blocos de acordo com a Rap esperada para cada bloco. No ano de 2016 o valor devido foi de R\$ 400.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 1.320 por ano.

Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está parte operacional esses valores serão pagos, conforme contrato, por blocos de acordo com a Rap esperada para cada bloco. No ano de 2016 o valor devido foi de R\$ 316.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 3.240 por ano.

24 Eventos subsequentes

A companhia revisou as premissas de seus contratos de concessão bem como os impactos fiscais da Lei 12.973/14. Como resultado desta revisão, a Companhia pretende alterar seu regime de tributação para o Lucro Real a partir de 1/1/2017 e registrou em suas demonstrações financeiras de 31/12/2016 o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos passivos estimado com base no CPC 32.

* * *